

Cem dias de gestão tem atuação intensa e conquistas para a Classe

FOTOS: AMAGIS



Com um trabalho intenso e as primeiras conquistas para a Classe, a Diretoria da Amagis completa, em 12 de abril, cem dias de gestão. Os primeiros dias de atuação foram marcados pela criação de Coordena-

dorias, ampliação da participação da Magistratura no associativismo e constante diálogo com parceiros e representantes dos Três Poderes em favor da valorização dos magistrados (as).

PÁGINA 3

Coordenadoria faz sugestões em resoluções
PÁGINA 7

AMAGIS
Saúde!

Amagis Saúde faz 46 anos de prevenção e de excelência

PÁGINAS 30 A 32

PEC da Permuta avança no Congresso
PÁGINA 4

Magistradas fortalecem integração
PÁGINA 15



Rua Albita, 194
Cruzeiro
Belo Horizonte-MG
CEP 30.310-160

Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram (31) 99881-4367

Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista

A pedido da Amagis, TJ paga direitos
PÁGINA 5

Dedicação e integração devem ser celebradas todos os dias

LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS *

Quando se faz aquilo que acredita, e a essa causa se dedica, todos os dias são motivos de celebração. Completamos 100 dias de muito trabalho e de entrega ao nosso compromisso, que é apoiar e defender a Magistratura mineira e seus familiares em favor do fortalecimento da união de toda a Classe. Nesse curto período, mas intenso, reafirmamos diariamente as razões pelas quais estamos aqui, sem delas desviar um segundo sequer. Em vez disso, ampliamos a atuação por meio da dedicação integral e exclusiva, 24 horas por dia.

Como esse compromisso vem acompanhado de participação, integração e entusiasmo dos colegas, consolida então nossa primeira e real conquista. O objetivo não está na chegada, mas no caminhar permanente, fazendo escolhas e tomando decisões compartilhadas e guiadas pela coerência e convicção que nos trouxeram até aqui. Estamos convencidos de que os avanços virão por consequência, direito e determinação.

Tem sido assim nos quase 66 anos de trajetória associativa e, neste abril de 2022, celebraremos também os 46 anos de realizações de nossa querida e imprescindível Amagis Saúde. O êxito de nosso plano de

saúde está relacionado à sua missão, desde a sua criação, de promover o bem-estar e a qualidade de vida da Magistratura e seus familiares.

Mesmo com todo o profissionalismo, a Amagis Saúde é um plano familiar, da Magistratura mineira. Essa particularidade faz com que a satisfação dos associados e o incentivo à prevenção sejam prioridade na gestão. Nas comemorações deste mês, ainda brindaremos aos 20 anos do Integramagis, aos 10 anos do programa Amor à Vida e a outros cinco do Check-up. A longevidade dessas iniciativas reflete o acerto das decisões e sucesso do compromisso e eficiência, de mais saúde e qualidade de vida aos associados.

Sigamos, pois muito temos que trabalhar e celebrar nossos valores e os de Minas, como os 233 anos da Inconfidência Mineira completados no próximo dia 21 de abril. Para isso, seremos agraciados com a palestra de nosso estudioso colega e ouvidor, Auro Aparecido Maia de Andrade, sobre "Os autos de Devassa da Inconfidência Mineira: a história em meio a intrigas, lendas e teorias de conspiração". Mais uma vez, com grande expectativa, esperamos a presença dos colegas em todos esses eventos.

(*) Presidente da Amagis

"Como a dedicação vem acompanhada de participação, integração e entusiasmo dos colegas, consolida então nossa primeira e real conquista"



PRESIDENTE
JUIZ LUIZ CARLOS
REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA
Juíza **Rosimere das Graças do Couto**

VICE-PRESIDENTE FINANCEIRA
Juíza **Roberta Rocha Fonseca**

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Juiz **Jair Francisco dos Santos**

VICE-PRESIDENTE DO INTERIOR
Juiz **Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro**

VICE-PRESIDENTE
SOCIOCULTURAL-ESPORTIVO
Desembargador **Maurício Pinto Ferreira**

VICE-PRESIDENTE DE
APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Desembargadora **Heloísa Helena de Ruiz
Combat**

DIRETORA-SECRETÁRIA
Juíza **Ivone Campos Guilarducci Cerqueira**

DIRETOR-SUBSECRETÁRIO
Juiz **Evandro Cangussu Melo**

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
Juíza **Daniela Cunha Pereira**

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Bruno Gontijo •
Mtb - MG: 11008

JORNALISTAS
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.100 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

➡ Clique na notícia para abrir a página desejada

DECISÃO

ATUAÇÃO INTENSA E CONQUISTAS PARA A CLASSE MARCAM CEM DIAS DE GESTÃO .03

CÂMARA APROVA PEC DA PERMUTA E ASSOCIAÇÕES, AGORA, VÃO AO SENADO .04

TJ ATENDE À AMAGIS E FAZ PAGAMENTOS A MAGISTRADOS .05

AMAGIS REPUDIA ATOS DE VANDALISMO CONTRA O JUDICIÁRIO MINEIRO .06

COORDENADORIA APRESENTA PROPOSTAS A PARTIR DE RESOLUÇÕES DO CNJ .07

ASSOCIAÇÃO PRESTA APOIO E MANIFESTA SOLIDARIEDADE A MAGISTRADA .08

AMAGIS PROMOVERÁ DEBATE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EXECUÇÃO PENAL .10

COMISSÃO E PARCERIA IMPULSIONAM CRIAÇÃO DA ESCOLA SUPERIOR DA AMAGIS .11

AMAGIS REVERENCIA ASSOCIADAS E LANÇA PESQUISA SOBRE AS MULHERES .12

RODA DE CONVERSA FORTALECE A INTEGRAÇÃO ENTRE AS MAGISTRADAS MINEIRAS .13

NUTRIS E NAC PROMOVEM INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES .16

COORDENADORIA PROMOVERÁ APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA .19

ASSOCIAÇÃO PARTICIPA DA INAUGURAÇÃO DE FÓRUMS NO INTERIOR DE MINAS .21

NOVOS PRESIDENTE E VICE DO TRE-MG IRÃO CONDUZIR AS ELEIÇÕES 2022 .24

SAÚDE

PESQUISA CONTRIBUI PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PLANO .29

AMAGIS SAÚDE FAZ 46 ANOS COM EXCELÊNCIA RECONHECIDA .30

Atuação intensa e conquistas para a Classe marcam cem dias de gestão

No dia 12 deste mês, a Diretoria da Amagis completa cem dias de gestão. Desde a posse, em 3 de janeiro, o trabalho intenso tem marcado o dia a dia da Associação, com inovações, participação da Magistratura e conquistas para a Classe.

Entre as primeiras inovações trazidas pelo presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, em janeiro, está a criação das Coordenadorias de Assuntos Legislativos e Remuneratórios, de Aposentados e Pensionistas e a da Amagis Mulher..

No dia 25 do primeiro mês, o presidente Luiz Carlos também deu início aos estudos de criação da Escola Superior da Magistratura Mineira, que incluem formatação do estatuto e o projeto pedagógico. No dia 8 de março, o presidente da Associação nomeou a Comissão Provisória de Apoio à Criação da Escola Superior da Magistratura da Amagis, dando mais um passo em direção à futura instituição de ensino.

Também em janeiro, o juiz Auro Aparecido Maia de Andrade foi designado Ouvidor da Amagis, a juíza Daniela da Cunha Pereira, da Comarca de Ibitiré, foi nomeada Diretora de Comunicação da Amagis, e a composição da Diretoria de Esportes foi definida. O colegiado estuda o resultado da pesquisa sobre a prática de esportivas pelos magistrados para definir parte de suas ações.

REMUNERAÇÃO

Destaque no discurso do presidente Luiz Carlos em sua posse, a remuneração da Magistratura recebeu atenção especial e, no dia 8 de fevereiro, como desdobramento da reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, Amagis e AMB abriram campanha em defesa da correção dos subsídios e pela aprovação de adicional de dedicação exclusiva.

Ainda no campo associativo, a Amagis recebeu, no dia 27 de janeiro, em sua sede, 22 desembargadores do TJMG, em um encontro inédito que reafirmou a legitimidade da Associação como representante da Classe. Uma semana depois, também na sede da Associação, o presidente Luiz Carlos reuniu-se com a presidente da

BRUNO GONTIJO



Encontro inédito com 22 desembargadores na sede da Amagis

AMAGIS



Lideranças da Magistratura reunidas com a presidente da AMB, na Associação

AMAGIS



Reunião com Rodrigo Pacheco abriu campanha pela reposição dos subsídios

AMB, juíza Renata Gil, que ressaltou a importância da Amagis em apoio à AMB na atuação no Congresso Nacional.

Em março, o trabalho associativo apresentou novos avanços no Congresso Nacional com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da PEC da Permuta. Desde então, a Amagis, AMB e Associações estaduais de magistrados intensificaram o diálogo com os parlamentares no Senado Federal, onde a matéria deverá ser votada.

No início deste mês, novas conquistas foram obtidas com o pagamento pelo TJMG, a pedido da Amagis, de direitos dos magistrados referentes a plantão de Habeas Corpus e Medidas Urgentes (HCMU), Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) e férias-prêmio.

A diretoria da Associação segue com seu planejamento a fim de incrementar melhorias nos serviços prestados aos associados e em busca de novas conquistas para a Classe.

DEFESA DA MAGISTRATURA

AMAGIS E AMB

Câmara aprova PEC da Permuta e Associações, agora, vão ao Senado

Com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 162/19, conhecida como PEC da Permuta, em dois turnos pela Câmara dos Deputados, no dia 9 de março, a Amagis, AMB e Associações estaduais de magistrados intensificaram o diálogo com os parlamentares no Senado Federal, onde a matéria será apreciada.

No dia seguinte à aprovação do texto, a presidente da AMB, juíza Renata Gil, e o desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente do TJMG e da Amagis e assessor da Presidência da AMB, estiveram na Câmara dos Deputados, onde solicitaram aos parlamentares o envio da PEC ao Senado. Logo em seguida, os dirigentes reuniram-se com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para reforçar a importância da aprovação da PEC da Permuta.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, comemorou a aprovação da PEC da Permuta e ressaltou a atuação das lideranças nacionais da Magistratura para o avanço da matéria no Congresso Nacional.

“A PEC da Permuta é uma

DIVULGAÇÃO



Nelson Missias e Renata Gil com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco

grande vitória da Magistratura. Sua aprovação reforça a harmonia entre os Poderes, a união da Classe e reconhece a importância de o magistrado prestar à sociedade seu serviço em uma realidade que ele conhece e está inserido. Continuaremos na busca pela aprovação de temas sensíveis a todos nós, magis-

trados”, afirmou o presidente da Associação.

VALORIZAÇÃO

Durante o encontro com o presidente do Senado, a juíza Renata Gil e o desembargador Nelson Missias reforçaram a importância da aprovação da PEC 63, que institui a parcela inden-

zatória de valorização por tempo na Magistratura (VTM) ou adicional de dedicação exclusiva.

A PEC da Permuta altera o inciso VIII-A do artigo 93 da Constituição Federal, permitindo a troca entre juízes de Direito no âmbito de tribunais de Justiça de diferentes unidades da Federação.

“A PEC da Permuta é uma grande vitória da Magistratura. Sua aprovação reforça a harmonia entre os Poderes e a união da classe e reconhece a importância de o magistrado prestar à sociedade seu serviço em uma realidade que ele conhece e na qual está inserido. Continuaremos na busca pela aprovação de temas sensíveis a todos nós, magistrados”

Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

GOVERNO DE MINAS

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu, no dia 10 de março, na sede da Associação, o secretário de Governo do Estado de Minas Gerais, Igor Eto. Na ocasião, foi discutida a importância da preservação dos direitos e garantias da Magistratura, além do desenvolvimento e ampliação do sistema das Apacs. Ao final da reunião, da qual participou o diretor de Patrimônio da Associação, desembargador Octavio Augusto De Nigris Boccalini, o presidente da Amagis entregou um exemplar da MagisCultura ao secretário.

AMAGIS



DEFESA DA MAGISTRATURA

PARCERIA RENOVADA

TJ atende à Amagis e faz pagamentos a magistrados

Em resposta a requerimentos da Amagis, o TJMG pagou, nos dias 1º e 6 deste mês, valores referentes a plantão de Habeas Corpus e Medidas Urgentes (HCMU), Parcela Autônoma de Equivalência (PAE) e férias-prêmio, conforme escala e critérios definidos pelo Tribunal.

Em mensagem à Magistratura mineira, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, disse que a Diretoria da Associação agradecia e reconhecia o esfor-

ço do TJMG e de seu presidente, o desembargador Gilson Soares Lemes, no atendimento às demandas da Associação sobre os direitos da Classe. “Isso é resultado da parceria e do diálogo franco mantido permanentemente pelo presidente Gilson Lemes e sua equipe com a Amagis”, afirmou.

No comunicado à Magistratura, o presidente Gilson Lemes ratificou o compromisso do TJMG com os direitos dos magistrados. No dia 1º deste mês, foram pagos

até dez dias de plantão HCMU e os magistrados com saldo receberam a PAE. No dia 6, foram pagos 30 dias de férias-prêmio.

A solicitação dos pagamentos foi feita, formalmente, pelo presidente Luiz Carlos por meio de ofícios entregues no dia 25 de fevereiro, nos quais ele manifestou a preocupação da Associação com a ausência, por cerca de 6 anos, da recomposição constitucional dos subsídios da Classe. **Veja abaixo os requerimentos da Amagis.**



Requerimentos formalizados pela Amagis pleiteando o pagamento de Direitos ao TJMG



ODONTOLOGIA COMPLETA

Dr. Antônio Miguel da Silveira

(31) 99693-2367 @lineaodonto lineaodonto.com.br (31) 3221.8470

Av. do Contorno, 4849 - Funcionários, Belo Horizonte - MG

IMPLANTES
HARMONIZAÇÃO FACIAL
FACETAS
RESINAS
PERIODONTIA E DEMAIS ESPECIALIDADES

RT Dr. Antônio Miguel CRO-MG 5044 | EPPAC-M 815

Amagis repudia atos de vandalismo contra o Judiciário mineiro

A Amagis divulgou, em 8 de março, nota de repúdio contra atos de violência e vandalismo cometidos por pessoas ou grupos que se apresentam como falsos defensores de direitos e da Justiça social, ocorridos no dia anterior, na unidade Goiás do TJMG, no Centro de Belo Horizonte.

No documento, o presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, afirmou que o ataque atenta contra o Estado de Direito, do qual os agressores buscavam se valer, representa grave desrespeito às instituições e contrapõe a civilização à barbárie.

“Como última trincheira na defesa da cidadania, a casa da Justiça é intocável assim como são intoleráveis pressões e ameaças sobre a atuação legítima e imparcial de magistrados e servidores”, afirmou o presidente da Amagis.

Luiz Carlos disse que a Amagis está ao lado do Tribunal, de seus magistrados e servidores, e acompanhará a rigorosa apuração dos fatos pelas autoridades para identificação e punição dos responsáveis pelo episódio que ele qualificou como lamentável, inadmissível e condenável.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

No dia 3 de março, o presidente Luiz Carlos divulgou nota de esclarecimento contestando versão publicada no Jornal Estado de Minas sobre a decisão do juiz Marcelo Augusto Lucas Pereira, em plantão na Central de Flagrantes de Belo Horizonte, no caso de atropelamento no feriado de Carnaval.

No texto, o presidente da Associação afirmou que o juiz Marcelo Pereira atendeu à legislação relativa ao tema, conforme informações da autoridade policial, que enquadrou a ocorrência como crime na modalidade culposa. O Ministério Público opinou pela concessão da liberdade provisória do acusado.

“A decisão nem de longe busca ‘afrontar’ aos familiares da vítima, muito menos representa a impunidade a quem atropelou e matou, como sugere a reportagem. Não houve qualquer julgamento quanto ao fato. O que o juiz fez foi aplicar a legislação ao

“A decisão nem de longe busca ‘afrontar’ aos familiares da vítima, muito menos representa a impunidade a quem atropelou e matou, como sugere a reportagem. Não houve qualquer julgamento quanto ao fato. O que o juiz fez foi aplicar a legislação ao caso”

Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

NOTA DE REPÚDIO



Amagis repudia vandalismo e agressões ao Judiciário

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) repudia veementemente atos de violência e vandalismo cometido por pessoas ou grupos que se apresentam como falsos defensores de direitos e de Justiça social.

As agressões e ataques dirigidos, nesta segunda (7), a uma unidade do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no Centro de Belo Horizonte, atentam contra o Estado de Direito do qual buscavam se valer e representam grave desrespeito às instituições, além de contrapor a civilização à barbárie.

Como última trincheira na defesa da cidadania, a casa da Justiça é intocável assim como são intoleráveis pressões e ameaças sobre a atuação legítima e imparcial de magistrados e servidores.

Fazemos, e devemos fazer, Justiça com equidade e guiados pela Constituição Federal e não com as mãos ao arripio das leis. Quem acredita no direito não ataca a Justiça e quem acredita na Justiça não viola as leis, mas respeita o devido processo legal.

Estaremos ao lado do Tribunal, de seus magistrados e servidores, acompanhando a rigorosa apuração dos fatos pelas autoridades para identificação e punição dos responsáveis pelo lamentável, inadmissível e condenável episódio.

Belo Horizonte, 8 de março de 2022

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

Como última trincheira na defesa da cidadania, a casa da Justiça é intocável assim como são intoleráveis pressões e ameaças sobre a atuação legítima e imparcial de magistrados e servidores.

caso, e inclusive impôs medidas cautelares”, observou.

SOLIDARIEDADE

Em solidariedade aos repórteres Laura França e Caio Tárzia, do Grupo Bandeirantes, a Amagis repudiou as agressões aos dois repórteres do Grupo Bandeirantes, que cobriam a manifestação dos servidores da segurança pública do Estado, no dia 9 de março, foram alvos de bombas de manifestantes

que agiram criminosamente nos atos dos policiais.

“Além de descumprirem ordem judicial sobre manifestação pacífica, os ataques são atentados contra o Estado de Direito, que tem na liberdade de imprensa um de seus pilares. A ocorrência impõe apuração rigorosa por parte das autoridades e poderes legalmente constituídos”, afirmou o presidente da Associação.

DEFESA DA MAGISTRATURA

ASSUNTOS LEGISLATIVOS E REMUNERATÓRIOS

Coordenadoria apresenta propostas a partir de resoluções do CNJ

GEÓRGIA BAÇVAROFF

Durante reunião com o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, realizada por videoconferência, no dia 18 de março, os integrantes da Coordenadoria de Assuntos Legislativos e Remuneratórios da Associação (CALR), apresentaram duas notas técnicas com propostas

A primeira nota (01/CALR/2022) é referente à Resolução nº 441/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata do Programa Nacional “Visão Global do Poder Judiciário”. No documento, os membros da coordenadoria sugerem que a Associação, em convênio com o TJMG, crie e consolide um banco de dados dos requerimentos dos magistrados.

Ainda sobre a Resolução nº 441/2021, do CNJ, a coordenadoria sugere também que o TJMG proponha aos magistrados, quando retornarem ao Tribunal, que elaborem um plano de ação com sugestões para unidades judiciárias com alta especialização de matérias, a fim de contribuir concretamente para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

Na segunda nota técnica, os membros da Coordenado-



Sugestões foram debatidas durante videoconferência

ria fizeram uma análise, das vantagens e desvantagens, dos modelos de pagamento da gratificação ou compensação por acúmulo de jurisdição e acervo proposto pelo CNJ e o adotado pelo TJMG. A sugestão da coordenadoria é de que seja elaborada minuta de projeto com relação ao tema, para, eventualmente, instituí-lo por lei.

A nota 02/CALR/2022, por sua vez, compara o modelo de pagamento da gratificação ou compensação por acúmulo de jurisdição e acervo proposto pelo CNJ com o modelo adotado pelo TJMG, realizando apreciação crítica acerca de cada formato. A natureza indenizatória ou remuneratória da verba foi amplamente dis-

cutada e os membros da Coordenadoria sugeriram ainda minuta de projeto.

Os magistrados Juarez Moraes de Azevedo, Edmundo José Lavinias Jardim, Mônica Silveira Vieira, Lauro Vinícius Nobre de Abrante, membros da coordenadoria, e o conselheiro deliberativo Fábio Gabriel Magrini Alves participaram da reunião.

ATUAÇÃO JURÍDICA DA AMAGIS

Os desembargadores integrantes do Órgão Especial do TJMG decidiram, no dia 9 de março, pelo arquivamento de pedido de sindicância administrativa em desfavor de magistrada, conforme pleiteado pela defesa do Departamento Jurídico da Amagis. O presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, acompanhou presencialmente a sessão do Órgão Especial.

AMAGIS



DEFESA DA MAGISTRATURA

DEFESA DAS PRERROGATIVAS

Associação presta apoio e manifesta solidariedade a magistrada

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, divulgou, no dia 1º deste mês, nota em solidariedade à juíza Amanda Cruz Vargas Barra, da Comarca de Campos Altos (Alto Paranaíba), e repudiou os ataques feitos por parte de advogados e da própria OAB local, em retaliação à necessidade de atender aos profissionais por videoconferência, em razão de gravidez de alto risco durante a pandemia.

A OAB local cobrou acesso aos telefones particulares da magistrada e exigiu, alternativamente, que ela usasse aparelho cedido pelos representantes da entidade. Em outro ataque, a OAB enviou ofício à Presidência do TJMG apontando, sem provas, que os processos não estariam recebendo movimentação desde 2020 e que a magistrada não seria acessível. O ofício está com a data de 21 de março deste ano, um dia antes do retorno da magistrada de licença-maternidade.

Na nota, o presidente Luiz Carlos destacou que, mesmo em gestação de alto risco, a juíza nunca gozou férias. E preocupada com o andamento dos trabalhos, ignorou ordens médicas para se afastar e manteve-se em serviço.

O presidente da Associação também observou que mesmo durante a licença-maternidade, e após o parto, a magistrada chegou a tratar de assuntos envolvendo a jurisdição. Luiz Carlos ainda esclareceu que as licenças, afastamentos e férias de magistrados são cobertos por outros magistrados, em substituição, como ocorrido neste caso.

“A Amagis está atenta e pronta para defender e garantir as prerrogativas da juíza Amanda Cruz Vargas Barra, dentre elas os direitos à intimidade e à maternidade, bem como de todos os magistrados de Minas Gerais, para que possam atuar com altivez e independência”, afirmou o presidente Luiz Carlos.

NOTA DE SOLIDARIEDADE



Amagis se solidariza com juíza atacada durante gozo de licença-maternidade

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) vem a público manifestar integral apoio e solidariedade à juíza Amanda Cruz Vargas Barra, da Comarca de Campos Altos, que sofreu ataques por parte de advogados e da própria OAB local, em retaliação à necessidade de atender aos profissionais de forma virtual (videoconferência), em razão de gravidez de alto risco durante a pandemia.

A OAB cobrou acesso aos telefones particulares da magistrada e exigiu, alternativamente, que ela usasse aparelho cedido pelos representantes da entidade.

Em outro ataque, a OAB enviou ofício à Presidência do TJMG apontando, sem provas, que os processos de sua responsabilidade não estariam recebendo movimentação desde 2020 e que a magistrada não seria acessível. O ofício está datado do dia 21 de março de 2022, um dia antes do retorno da magistrada de licença-maternidade.

A juíza Amanda Cruz Vargas Barra tem trajetória irrepreensível na Magistratura mineira e sempre atendeu com celeridade e presteza ímpares todos os advogados que a procuraram quando estava em atividade. Além disso, sempre deu o mesmo tratamento aos processos, especialmente os mais urgentes.

Desde sua posse, a juíza nunca gozou férias. Em gestação de alto risco, mas preocupada com o andamento dos trabalhos, ignorou ordens médicas para se afastar e manteve-se em serviço.

Mesmo durante a licença-maternidade, e após o parto, chegou a tratar de assuntos envolvendo a jurisdição, fatos que reafirmam sua ética e compromisso com a judicatura. As licenças, afastamentos e férias de magistrados são cobertos por outros magistrados, em substituição, como de fato ocorreu neste caso.

A Amagis está atenta e pronta para defender e garantir as prerrogativas da juíza Amanda Cruz Vargas Barra, dentre elas os direitos à intimidade e à maternidade, bem como de todos os magistrados de Minas Gerais, para que possam atuar com altivez e independência.

Belo Horizonte, 1º de abril de 2022

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

A Amagis está atenta e pronta para defender e garantir as prerrogativas da juíza Amanda Cruz Vargas Barra, dentre elas os direitos à intimidade e à maternidade, bem como de todos os magistrados de Minas Gerais, para que possam atuar com altivez e independência.

46 ANOS
AMAGIS Saúde!

11 X notas máximas obtidas no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar da Agência Nacional de Saúde (ANS)

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Fórum de Corregedores de Justiça terá atuação nacional

A Amagis sediou, nos dias 24 e 25 de março, a 8ª reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais de Justiça da Região do MATOPIBA-MG (Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia e Minas Gerais), na qual foi debatida a regularização fundiária rural e urbana nos estados-membros. No evento, foi anunciado que o Fórum passará a ter atuação nacional.

O presidente do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais e corregedor-geral de Justiça do Maranhão, desembargador Paulo Velten, agradeceu o apoio da Amagis para sediar o encontro. Segundo o magistrado, a regularização fundiária beneficia a sociedade, pois garante a segurança jurídica e contribui com a arrecadação das comunidades em que os imóveis estão inseridos.

Segundo o corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, a regularização fundiária é um instrumento de inclusão social e de pacificação. Azevedo afirmou que, em Minas Gerais, a Justiça está cada vez mais empenhada em dar soluções a esses conflitos de forma harmônica e efetiva, e agradeceu à Associação pelo apoio. “A Amagis é grande parceira do Tribunal

AMAGIS



Corregedores ressaltaram apoio da Amagis para realização do encontro

de Justiça e tem como um de seus focos a questão social”, disse.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, ressaltou a importância do evento, e do enfrentamento feito por todas as Corregedorias de Justiça do Brasil com relação à questão fundiária. “É uma honra para a Amagis, a casa dos juízes de Minas Gerais, ter a oportunidade de encontrar tantas pessoas interessadas em

tal tema”, afirmou.

O Fórum foi realizado pela Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais e a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), com o apoio da Amagis, do Colégio Notarial do Brasil, da Associação dos Notários e Registradores do Estado de Minas Gerais (Serjus/Anoreg) e do Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais (CORI/MG).

Ejef e Novos Rumos apoiam 9º Congresso das Apacs

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu no dia 21 de março, representantes do Programa Novos Rumos e da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do TJMG, para discutir a realização do 9º Congresso das Apacs, entre outros assuntos.

O 9º Congresso marcará a celebração dos 50 anos de aplicação da metodologia apaquiana, e acontecerá de 22 a 25 de junho de 2022, no Sesc Venda Nova, em Belo Horizonte. Os juízes cujas comarcas possuem Apacs em funciona-

mento ou em implantação serão convocados pela Ejef para participarem do evento.

A estimativa dos organizadores é que aproximadamente 500 pessoas participem do Congresso. Serão debatidos temas como a metodologia Apac enquanto política pública; a implantação de novas práticas de gestão nas Apacs; os novos paradigmas do trabalho prisional, e as diretrizes da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC) para as Apacs em implantação.

AMAGIS



Organizadores estimam a participação de 500 pessoas

INSCREVA-SE:



APERFEIÇOAMENTO DA JUSTIÇA

ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS

Amagis promoverá debate sobre políticas públicas na execução penal

No dia 16 de março, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu, na sede da Associação, as defensoras públicas Ariane Murta e Ana Paula Starling e o defensor público Rodrigo Zamprogno, que atuam na Defensoria de Execuções Penais de Belo Horizonte, para debater sobre políticas públicas voltadas aos condenados.

Durante a reunião, foi discutido o quadro atual da execução penal da capital mineira que tem apresentado crescimento no número de demandas, sobretudo no período da pandemia.

Na avaliação do presiden-

te da Amagis, que continua atuando como titular na Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte, a ausência de políticas públicas capazes de promover e garantir a dignidade dos condenados e a situação econômica enfrentada pelo País têm dificultado o trabalho nessa área.

ADEP-MG

Em 15 de março, um dia antes ao encontro com os defensores públicos, o presidente da Amagis reuniu-se com o presidente da Associação das Defensoras e Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep-

AMAGIS



Ariane Murta, Luiz Carlos, Ana Paula e Rodrigo Zamprogno

-MG), Fernando Martelleto.

Na ocasião, Martelleto entregou ao presidente Luiz Carlos convite para o Seminário

Democracia e Acesso à Justiça Eleitoral, promovido pela Adep-MG no dia 25 de março, em Belo Horizonte.

Ejef dá início ao seu 1º curso de pós-graduação

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do TJMG, deu início, no dia 22 de março, ao curso de pós-graduação lato sensu em Direito Empresarial, com Ênfase em Falência e Recuperação de Empresas.

No dia 16 de março, a Ejef promoveu um encontro com os alunos matriculados no curso, e o 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial, desembarga-

dor Tiago Pinto, apresentou o projeto pedagógico, a estrutura curricular, as ementas das disciplinas e as atividades acadêmicas da Escola.

No dia anterior, 15 de março, o advogado Fábio Ulhoa Coelho, professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, proferiu a aula magna de abertura do curso, com tema o “Liberalismo Econômico e Direito Comercial”.

TJMG



Tiago Pinto apresentou o projeto pedagógico da escola

EU LEIO O DECISÃO

O Jornal DECISÃO sempre esteve presente nos meus vinte anos de Magistratura, trazendo informações importantes sobre a atuação de nossa associação, além das notícias atualizadas do judiciário nacional, com destaque ao TJMG. Além das referências às ações da Amagis e do Judiciário, somos contemplados com rica literatura, artigos dos mais variados temas, nos proporcionando uma prazerosa leitura que, a cada uma de suas páginas apreciadas, vivencio uma evolução profissional e pessoal.

Juiz Marcelo Gonçalves

2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Belo Horizonte

ARQUIVO PESSOAL



Comissão e parceria impulsionam criação da Escola Superior da Amagis

A nomeação da Comissão Provisória de Apoio à Criação da Escola Superior da Magistratura da Amagis, em 8 de março, e o início das tratativas para parceria com o grupo editorial Tirant lo Blanch Brasil, no dia 15 do mesmo mês, fortalecem a criação da Escola da Associação.

De acordo com o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, a criação da comissão, que terá como objetivos elaborar estudos e apresentar propostas à criação da estrutura acadêmica inicial da Escola, reforça os propósitos da gestão. “A participação dos associados na formatação da Escola enriquece o objetivo da Diretoria da Amagis de oferecer formação continuada e abrir novos campos de estudo para a Magistratura”, afirmou.

No mesmo dia, o presidente Luiz Carlos discutiu a proposta de estatuto da Escola, que foi encaminhada aos membros da Comissão, para avaliação, adequação e sugestões, com o desembargador Maurício Pinto Ferreira, vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, o juiz Auro Aparecido, ouvidor da Associação, o consultor e o professor Plauto Cardoso e o gerente do Departamento Jurídico, José Eduardo Vecchi.

PARCERIA

Como parte do processo de qualificação da Escola, o presidente Luiz Carlos discutiu com a diretora geral do grupo editorial Tirant lo blanch Brasil, Aline Gostinski, para o desenvolvimento de ações, programas e projetos conjuntos de edição, publicação, ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e cultural.

AMAGIS



Parceria contribuirá para a divulgação da produção acadêmica da Escola

Segundo o presidente da Associação, a parceria com a editora possibilitará dinamizar a divulgação da produção científica da Escola, ampliando as contribuições da Magistratura mineira sobre os debates mais relevantes da comunidade Jurídica.

COMISSÃO

Uma semana após ser instituída, a Comissão Provisória de Apoio à Criação da Escola Superior da Magistratura da Amagis realizou sua primeira reunião, na qual foi analisado o projeto de estatuto da Escola.

Na ocasião, o desembargador Kildare Carvalho, presidente da Comissão, manifestou sua satisfação em contar com a

participação de magistrados de todas as regiões do Estado na discussão do projeto de criação da Escola.

A juíza Juliana Pedrosa ressaltou os avanços trazidos no documento, e falou sobre sua preocupação com a paridade de gênero e da necessidade da maioria do corpo docente ser formado por magistrados associados à Amagis.

A comissão é formada pelos magistrados Kildare Gonçalves Carvalho (presidente), Thiago Grazziane Gandra (secretário), Richardson Xavier Brant, Auro Aparecido Maia de Andrade (Ouvidor da Amagis), Renzzo Giacomo Ronchi, Rodrigo de Carvalho Assumpção, Juliana Mendes Pedrosa, Aloysio Libano de Paula Junior e Mônica Silveira Vieira.

EU LEIO O DECISÃO

O Jornal DECISÃO tem desempenhado com louvor a sua função de informar, promovendo a transparência de temas relevantes e de interesse da Magistratura, evitando, assim, ruídos na comunicação. Ademais, constitui fundamental ferramenta de valorização dos Magistrados, ao publicar entrevistas com juízes e artigos por eles escritos, que são inspiradores para toda a classe.

Juíza Perla Saliba Brito

3ª Juíza de Direito da Unidade Jurisdicional da Comarca de Betim

ARQUIVO PESSOAL



Gênero, classe e raça no Judiciário brasileiro: um pequeno manifesto

Para além
do gênero, é
necessário falar
da questão de
raça

RAFAELLA AMARAL DE OLIVEIRA*

Sou juíza recém-ingressa do último concurso para a Magistratura mineira (edital 2018) que, pela primeira vez, previu cotas para negros (pretos e pardos). Ingressei pelas cotas. Eram 22 vagas previstas no edital, mas, apenas, 9 cotistas lograram aprovação em todas as fases do concurso.

A política de cotas raciais no Judiciário foi implementada por meio da Resolução nº 203/2015 do Conselho Nacional de Justiça e previu a destinação de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na Magistratura aos candidatos negros (pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas).

As cotas vieram corrigir desigualdades históricas de acesso aos bens materiais, à educação de qualidade, aos postos de trabalho bem remunerados e prestigiados, etc., a um grupo, diga-se, majoritário na sociedade brasileira (mais de 50% da população é negra), desde sempre marginalizado, excluído do acesso às oportunidades sociais e às condições para desenvolvimento digno. É sempre bom lembrar que aos negros, “libertos pela Lei Áurea”, não foram destinadas políticas públicas de acesso à terra, à moradia, ao trabalho digno, à educação como foram aos brancos. Em verdade, buscou-se “embranquecer” a sociedade brasileira após a abolição da escravatura com a facilitação à imigração europeia, destinando-se terras aos novos imigrantes, ao passo que a população negra, explorada, torturada e menosprezada por mais de trezentos anos de regime escravocrata, foi afastada dos centros urbanos, empobrecida, pois alijada dos meios de produção.

A política de cotas, assim, é uma ação afirmativa e, enquanto tal, tende a ser temporária, durando o tempo necessário até que se atinja a igualdade material desejada. Estima-se que, apenas, entre os

anos de 2056 e 2059, a equivalência entre negros e brancos no Judiciário brasileiro poderá ser atingida, caso mantida a política de cotas raciais.

Embora a perspectiva a longo prazo seja animadora com a consolidação das políticas afirmativas, muito ainda há que se fazer e lutar quando a questão é a necessária equidade no Judiciário.

Conforme o censo da Magistratura (2018), mulheres negras são a minoria no Judiciário brasileiro. O Supremo Tribunal Federal, por exemplo, nunca teve ministra com esse perfil. Foram apenas 3 ministros negros em toda a sua história e 3 mulheres como ministras, sendo que, atualmente, duas integram a Corte (a mineira Carmem Lúcia e a gaúcha Rosa Weber). As mulheres negras, portanto, são a menor parcela dentro de dois grupos minoritários no Judiciário: o das mulheres e o das pessoas pretas e pardas, embora sejam a maioria da população brasileira.

Após essa breve digressão sobre as políticas de cotas no Judiciário e as questões de gênero e raça, passo a me autodescrever: sou mulher, negra (categoria parda), nordestina, filha de mãe solteira e professora da rede pública de ensino, que precisava trabalhar nos três horários para sustentar a filha sozinha, vinda da classe média baixa. Assim, pode-se dizer que tenho “lugar de fala”.

Para além das questões de gênero, ou seja, da discrepância de poder entre os sexos, necessário que se fale da questão de raça. De acordo com a professora Dra. Lia Vainer Schucman, a ideia de raça é uma das explicações encontradas pela humanidade para classificar e hierarquizar os grupos humanos. No século XVIII, a cor da pele foi considerada um dos critérios dentro desse processo de classificação pela racialização e, dessa forma, a espécie humana ficou dividida em três raças que permanecem, até hoje, no imaginário co-

letivo: branca, amarela e negra.

Mas o racismo, tal qual o conhecemos hoje, foi fruto de construção social. Tornou-se ideologia necessária para justificar o processo de escravização dos povos africanos, a colonização e a expansão do capitalismo, bem como a ideia de pureza racial que levou ao extermínio dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. No século XX, com o avanço das ciências biológicas e genéticas, os cientistas chegaram à conclusão de que a raça, como realidade biológica, não existe, pois os marcadores genéticos de uma determinada raça poderiam ser encontrados em outras e, portanto, a ciência comprovou que pretos, brancos e amarelos não tinham marcadores genéticos que os diferenciavam enquanto raça. Logo, mesmo que os patrimônios genéticos dos seres humanos se diferenciem, as diferenças não são suficientes para classificá-los em raças.

Segundo o censo do Judiciário de 2020, a maioria dos juízes se declara branco (84,5%), ao passo que 14% dos magistrados se declararam pardos; 1,4% pretos e apenas 0,1% indígenas, sendo que 64% dos juízes são homens e 36% são mulheres.

Concluo com uma frase da professora doutora, escritora e feminista norte-americana Bell Hooks, que nos deixou há poucos meses: “Quando as ativistas feministas são antirracistas e contra a opressão de classe, a presença de mulheres pobres ou de cor etc. não se torna um problema... quando mostramos nossa preocupação com o coletivo, fortalecemos nossa solidariedade”.

Dedico esse artigo a Lélia Gonzalez (*in memoriam*) e a Conceição Evaristo. Sigamos!!!

(*) Juíza da 2ª Vara Cível, Criminal, de Execuções Penais e do Juizado Especial Criminal da Comarca de Manhumirim

Amagis reverencia associadas e lança pesquisa sobre as mulheres

No Dia Internacional da Mulher, 8 de março, a Diretoria da Amagis ofereceu, no Parque Esportivo, um café da manhã para as associadas. No mesmo dia, como parte das ações de valorização das magistradas mineiras, a Associação lançou a pesquisa sobre as mulheres na Magistratura, desenvolvida pela Coordenadoria Amagis Mulher.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, disse que a Associação reverencia suas associadas por, diariamente, com competência, firmeza e serenidade engrandecerem a Magistratura e representarem uma grande força no Judiciário. “O dia de hoje (8 de março) é muito especial e merece comemoração para as magistradas mineiras e pensionistas, que fortalecem e humanizam o Judiciário do Estado”, afirmou.

A vice-presidente Admi-

nistrativa da Associação, juíza Rosimere do Couto, ressaltou a relevância da data por representar a luta das mulheres por igualdade e demonstrar os avanços alcançados no Judiciário em toda sociedade. “Esses avanços não podem retroceder. Pelo contrário, reafirmados e ampliados na busca pela igualdade de gênero como expressão da dignidade humana”, disse.

Rosimere também ressaltou a importância da criação da Coordenadoria Amagis Mulher para a valorização das magistradas mineiras. “Essas iniciativas vêm para somar e mostrar que os avanços precisam continuar. E, para isso, acontecer, é necessária a participação de todas as associadas”, concluiu.

Para a diretora da Coordenadoria Amagis Mulher, juíza Roberta Chaves Soares, o encontro reafirmou a união das

AMAGIS



Encontro reafirmou a união de magistrados e magistradas

magistradas. “A grande adesão das nossas colegas nos alegrou bastante porque demonstra que estamos juntas para enfrentar os desafios que, infelizmente, ainda são muitos para nós, enquanto magistradas e mulheres”, avaliou.

Em Montes Claros (Nor-

te de Minas), a diretoria da 8ª Seccional da comarca, formada pelos juízes Marcos Antônio Ferreira, Antônio de Souza Rosa, Isaías Caldeira Veloso, e o diretor do foro, juiz Bruno Sena Carmona, também promoveram um café da manhã em homenagem às magistradas.

Magistradas visitam Apac Feminina no Dia Internacional das Mulheres

Ainda no Dia Internacional das Mulheres, 8 de março, as magistradas mineiras tiveram um encontro especial com recuperandas da Apac Feminina de Belo Horizonte. A ação foi promovida pela Amagis e a Coordenadoria Amagis Mulher. As participantes puderam conhecer melhor o trabalho apaciano realizado na unidade.

Durante a visita, as magistradas assistiram a uma apresentação das recuperandas, atuação que faz parte do projeto Caminhos e Contos, do TJMG. De acordo com a juíza Roberta Chaves Soares,

diretora da Amagis Mulher, no encontro, foi possível ver as forças das mulheres assistidas pela Apac na busca por um novo caminho em suas vidas.

Roberta Soares também disse que a visita foi uma oportunidade para saber com ajuda as recuperandas, seja com materiais de uso pessoal e higiene ou outras necessidades que elas tenham. A desembargadora Mariângela Meyer e as juízas Riza Nery, Marli Maria Braga e Maria Luiza Santana Assunção também participaram do encontro.

Ainda no encontro, a co-

AMAGIS



Magistradas durante visita à Apac Feminina

ordenadora da AmagisMulher entregou uma coleção com todas as edições da Revista MagisCultura para a presidente

da Apac Feminina de Belo Horizonte, Geralda Cupertino. A MagisCultura agora faz parte do acervo da Apac Feminina.

JUÍZA LUCIMEIRE ROCHA

Juíza da 9ª Vara Criminal de Belo Horizonte

Processo Penal e direito das vítimas

ARQUIVO PESSOAL

Para a juíza Lucimeire Rocha, da 9ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, as garantias no processo penal devem ser destinadas a todos os envolvidos e não apenas aos acusados. A magistrada considera que houve um avanço significativo na legislação processual, mas defende a aprovação do Estatuto das Vítimas, cujo projeto tramita no Congresso Nacional.

Quais são os principais desafios para juízes e juízas criminais?

Um dos principais desafios para o juiz criminal é separar a pessoa acusada da conduta imputada. Nosso julgamento é destinado à conduta e não à pessoa. Às vezes, em crimes revestidos de muita crueldade e violência, isso se torna mais difícil.

Como a preocupação com a gestão processual impacta a Justiça Criminal?

A gestão dos processos, com atenção ao cumprimento do princípio constitucional da duração razoável, sem massificar as decisões, é outro desafio. Os crimes não são iguais, cada um é praticado em uma circunstância, com consequências diversas para as vítimas. Tudo isso deve ser considerado. Como observou o ministro Rogério Schietti Cruz, do STJ, em palestra na Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), o processo penal é artesanato. Porém, não podemos deixar de nos preocupar com celeridade, pois justiça tardia não é justiça.

A que a senhora atribui o desenvolvimento da criminalidade no País?

O crescimento do crime no Brasil tem vários fatores. Não é possível fazer uma análise apenas do ponto de vista sociológico ou criminológico. Há questões de toda ordem como a estrutura social desigual, educação de má qualidade, que acaba contribuindo para a evasão escolar e recrutamento dos adolescentes para a prática de infrações. A crise de valores que vivemos, que tem promovido o esgarçamento do tecido social, a desestruturação das famílias, a legislação que contribuiu muito para a impunidade, dentre outros também influenciam nesse quadro.

Como a senhora avalia a sensação de impunidade pela população?

O grau de descrédito com a Justiça tem au-

mentado cada vez mais na população brasileira. São comuns linchamentos, subnotificação às autoridades de crimes por não acreditar que o autor será punido, dificuldade da polícia em conseguir pessoas que se dispõem a testemunhar por imperar o medo e a ciência de que não será protegida pelo Estado. Penso que seria importante a legislação ser aperfeiçoada de forma constante, sempre voltada para a prevalência do interesse público e não de grupos privilegiados. As modificações feitas nos últimos anos só vêm contribuindo para a impunidade e aumento do descrédito. O crescimento da criminalidade organizada, com toda a sofisticação na atuação, contribuiu para esse estado de coisas. Não podemos perder de vista que há uma guerra assimétrica. O Estado age dentro da lei, do Direito e os infratores, sem regras.

Como as garantias das vítimas são tratadas no processo penal?

As garantias no processo penal são voltadas, primordialmente, para as pessoas acusadas. Há uma defasagem legislativa quanto aos direitos das vítimas. Embora a pessoa ou a coletividade vitimada não seja parte no processo penal, ela possui maior relevo, pois sofre diretamente as consequências da conduta criminosa. E são desassistidas legalmente, pois o Estado se omite em suas obrigações processuais penais positivas. Não há assistência social, psicológica ou mesmo processual. Cuidar das vítimas não significa desca-so com o direito da pessoa acusada, pois não há interesses antagônicos.

O que seria um processo justo?

Em um processo penal justo, tanto os acusados, quanto as vítimas, têm garantidos e observados todos os seus direitos. Deve haver uma preocupação com a celeridade, um cuidado na análise da prova para evitar a padronização de decisões e igual cuidado com as pessoas vitimadas.



2011

Em junho, o jornal DECISÃO noticiou a entrega das novas instalações da Amagis Saúde. Modernizadas para melhor atender aos associados.

ESPECIAL MULHER



2017

Em setembro, o lançamento do Check-up da Amagis Saúde, com exames gratuitos aos associados, foi destaque do jornal DECISÃO.



AMAGIS MULHER

Roda de Conversa fortalece a integração entre as magistradas mineiras

As ações de valorização das magistradas mineiras não se limitaram à celebração do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março. Pelo contrário, representaram mais um avanço nessa política, com a realização, no dia 28 último, da 1ª Roda de Conversas promovida pela Amagis, por meio da Coordenadoria Amagis Mulher.

Na avaliação da juíza Roberta Chaves Soares, coordenadora da Amagis Mulher, o encontro foi bastante positivo, pois demonstrou a integração das magistradas na busca de solução para os problemas enfrentados por elas, tanto na carreira, quanto na vida pessoal. “A Coordenadoria Amagis Mulher é para todas as magistradas. Queremos ouvir,

AMAGIS



Roda de Conversas visa a valorização das magistradas

acolher e debater ações que podem ser desenvolvidas em prol das mulheres”, afirmou.

Participaram do encontro, magistradas da ativa e inativa, a psicóloga Rosália Prado San-

tos Orico, e a juíza Solange de Borba Reimberg, integrante da Amagis Mulher.

Pensamento Jurídico tem programação especial no mês da mulher

O programa **Pensamento Jurídico**, produzido pelo Departamento de Comunicação da Amagis, e apresentado pelo jornalista Orion Teixeira, teve uma programação especial no mês de março, dedicada a demonstrar e valorizar a participação feminina no Judiciário.

O debate sobre a busca por igualdade de gênero no Judiciário, e as razões das desigualdades entre homens e mulhe-

res, contou com a participação das juízas Roberta Chaves Soares, Daniela Cunha Pereira, Juliana Mendes Pedrosa e Solange de Borba Reimberg, integrantes da Coordenaria Amagis Mulher, instituída neste ano pela Diretoria da Associação.

Ainda foram entrevistadas, as magistradas Maria Elisa Taglialegna, Lucimeire Rocha, Paula Cunha e Giselle Maria Coelho de Albuquerque Araújo.

REPRODUÇÃO



Magistradas falam sobre a igualdade de gênero no Judiciário

No último programa da série, foi feita uma homenagem a uma das pioneiras da emancipação feminina no Judiciário, a desembargadora Jane Silva, falecida em 2019, e à dedicação dela ao aperfeiçoamento

do Judiciário, por meio da formação continuada de magistrados. O programa exibe trechos de uma entrevista com a magistrada.

VEJA OS PROGRAMAS



Nutris e NAC promovem inclusão social de crianças e adolescentes



Crianças recebem orientação pedagógica no Nutris

POR GEÓRGIA BAÇVAROFF

Imagina um lugar inclusivo. Onde as diferenças são aceitas e respeitadas. Onde você se sinta verdadeiramente parte do grupo, parte de um todo. Como em uma família. Onde você se reconhece e aprende que o respeito e a educação são conquistas essenciais e possíveis.

Esse lugar existe, tem nome e é mantido pela Magistratura mineira, com apoio da Prefeitura de Belo Horizonte: Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris) e o Núcleo de Arte e Cultura (NAC). As instituições ficam no bairro Mariano de Abreu, na região Leste da capital mineira, e atendem, atualmente, a cerca de 350 crianças e adolescentes. O Nutris recebe crianças de até os seis anos de idade; já o NAC, de seis até os 16 anos.

Para manter esse trabalho social, a Diretoria da Amagis reuniu-se, no dia 23 de março, com integrantes da Direção do Nutris, para discutir ações conjuntas em prol do Núcleo.

O mandato da atual Diretoria do Nutris, cujo presidente é Ronaldo Ribeiro, termina em agosto deste ano, e o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, sugeriu ao desembargador Geraldo Augusto, realizar uma articulação junto aos magistrados para essa sucessão, já que Ronaldo Ribeiro, após anos

de dedicação e excelentes serviços prestados, não pode ser reeleito.

Presente na reunião, o corregedor-geral de Justiça de Minas Gerais, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, destacou seu apreço pela causa do Nutris, disse que contribui com doação mensal para a entidade e conclamou os magistrados a colaborarem.

SUPERAÇÃO

Maria Clara de Paula Lacerda tem 12 anos. Quando ainda era bebê, foi diagnosticada com paralisia cerebral. Aos sete meses,

ela já fazia parte da “família Nutris”. Lá, ela foi alfabetizada e ficou até completar a idade de ir para o NAC, onde está atualmente.

Clarinha, como é carinhosamente chamada pelos amigos e funcionários do NAC, vai à escola pela manhã e à tarde, desenvolve uma série de atividades no NAC, entre elas dança, circo e muai thay. “A luta é a atividade que eu mais gosto. Mas não é para bater nas pessoas! É para aprender a me defender. Se um dia eu precisar, já vou saber me defender”, contou ela, cheia de orgulho.

A menina lembrou, de forma carinhosa, o tempo que passou no Nutris: das profes-



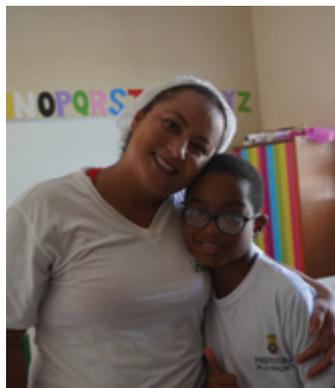
Diretores da Amagis, do Nutris e magistrados discutem apoio à instituição

AÇÃO SOCIAL



“No ano passado, fiz muitas apresentações de dança. Uma delas foi aqui no NAC. Aqui é minha segunda família. Quando eu crescer, quero trabalhar aqui”

Maria Clara de Paula Lacerda



“Como mãe, me pergunto quem seria eu se não pudesse contar com o Nutris e com o NAC. Saber que meus filhos estão aqui é saber que eles estão seguros”

Gêssica Pereira dos Santos

soras, dos brinquedos, especialmente de uma casinha de madeira cheia de brinquedos. Sobre as amizades, ela é categórica: “as minhas amigas do Nutris são minhas amigas até hoje. Somos unha e carne”, disse.

Ela e a irmã, Raina, de 15 anos, são criadas pela tia Elizete Maria de Paula Silva. Elas perderam a mãe, Elaine, em agosto do ano passado. Elizete é mãe de três filhos, dois deles já passaram pelo NAC, e agora ‘ganhou’ mais duas. Ela é vendedora de cosmético e mora no bairro Mariano de Abreu. “Para mim, o Nutris e o NAC são tudo! Fazem parte da nossa vida. Me lembro muito de Dona Lucinda, que parecia mesmo um anjo aqui na Terra. Tenho muito a agradecer”, disse ela, referindo-se à pensionista, falecida há quatro anos, que foi uma das idealizadoras dos núcleos. Ela reconheceu ainda que, nos momentos mais difíceis de sua vida, foi no Nutris e no NAC que encontrou acolhimento.

O amor, nessas duas instituições, faz parte do dia a dia. Não é à toa que Clarinha, no alto de seus 12 anos, e já tendo que enfrentar situações tão difíceis, é só alegria ao lembrar-se dos momentos que

passou na instituição. “No ano passado, fiz muitas apresentações de dança. Uma delas foi aqui no NAC. Aqui é minha segunda família. Quando eu crescer, quero trabalhar aqui”, comentou.

DE GERAÇÃO EM GERAÇÃO

Há três anos, Gêssica Pereira dos Santos, de 32 anos, é a cozinheira do NAC. “Sempre trabalhei com culinária e é o que gosto de fazer. Aqui no NAC, sou eu quem preparo o café da manhã, almoço e o lanche das crianças e percebo que todo mundo vai embora satisfeito. Isso me deixa muito feliz porque sei que, para muitas crianças, o alimento que oferecemos aqui pode ser o único do dia. Quando os vejo de barriguinha cheia, vou para casa com a sensação de dever cumprido”, afirmou.

A vida de Gêssica é interligada ao Nutris e ao NAC. O marido dela, Tiago Luiz de Souza, foi aluno do Nutris quando criança. Seus dois filhos – Lucy Maria, de 4 anos, e Nicolas Gabriel, de 10 – frequentam o Nutris e o NAC. “Eles amam as duas instituições. Sempre digo que o Nutris e o NAC

são essenciais para essa região. Como mãe, me pergunto quem seria eu se não pudesse contar com o Nutris e com o NAC. Eles representam tranquilidade, segurança e parceria. Saber que meus filhos estão aqui é saber que eles estão seguros”, concluiu.

O Nutris recebe crianças de zero a seis anos, que ficam das 7h às 17h. Lá, elas participam de diversas atividades, recebem acompanhamento pedagógico, realizam oficinas, aprendem as lições, estudam e brincam sempre acompanhadas pelos professores.

Ao sair do Nutris, com seis anos, as crianças vão para a escola regular, onde frequentam o primeiro ano do ensino fundamental. E, no contraturno, elas passam a contar com o apoio do NAC. Lá, elas contam com reforço escolar, oficinas de dança, teatro, esporte e outras atividades. A construção do NAC, em 2005, foi um presente e um alento ainda maior para as famílias da região, já que, aos seis anos as crianças deixavam o Nutris e não tinham opções para desenvolver habilidades que poderiam resultar em uma futura profissão.



COMO AJUDAR:

É possível ajudar de diversas formas, com doações e objetos, mantimentos e dinheiro. Para saber mais, entre em contato pelos telefones:



No Nutris: (31) 3485-6035 (Falar com Maria Nilza)
Na Amagis: (31) 3079-3471



Para os magistrados, é possível autorizar o desconto mensal na folha de pagamento do valor que desejar.

Esse recebimento mensal de doações é muito importante para a manutenção da instituição, pois traz previsibilidade de receita.

Para autorizar o desconto em folha, acesse o site da Amagis ou ligue para (31) 3079-3471.



Agende uma visita para conhecer as instituições pessoalmente!



IMPOSTO DE RENDA

É possível destinar ao Nutris parte do Imposto de Renda devido no momento do preenchimento da declaração.

AJUDE O
NUTRIS





ESPECIALISTA EM LEILÕES JUDICIAIS

0800 242 2218
37 9 9827 5613
indicacao@mgl.com.br

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)

Administrador Judicial

Administração judicial, promovendo o planejamento de recuperações de empresas.

Advogados

Habilitação e movimentação processual, assessoria e correspondência jurídica.

Peritos

Elaboração de relatórios e laudos técnicos, cumprindo as determinações impostas sempre com a presteza e eficiência.

Economistas

Previsão econômica para empresas, elaboração de planejamento de aplicações financeiras e perspectiva macro micro econômica.



GRUPOCRÉDITO

Soluções para todas as fases processuais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br

ASSOCIATIVISMO

INOVAÇÃO

Coordenadoria promoverá apoio à pessoa com deficiência

Dando continuidade às inovações promovidas pela atual gestão, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, instituiu, no dia 28 de março, a Coordenadoria de Política de Proteção e Apoio Integral à Pessoa com Deficiência.

A nova coordenadoria é formada pela juíza Raquel Agreli Melo e os juizes Marcos Bartolomeu de Oliveira e Christyano Lucas Generoso. De acordo com Raquel Agreli, coordenadora do grupo, o objetivo é promover discussões, estudos de viabilidade técnica e discussões a fim de defender os interesses dos magistrados e familiares com deficiência.

“Atuaremos no âmbito da Amagis e Amagis Saúde, propiciando melhores condições de assistência à saúde e apoio emocional, promovendo rodas de conversas, programas de conscientização e assistência”, afirmou a juíza Raquel Agreli.

No aspecto jurídico, a coordenadoria dará apoio aos magistrados que decidem causas relacionadas a pessoas com deficiência.



Coordenadoria contará com o trabalho integrado da Amagis e Amagis Saúde

EU LEIO O DECISÃO

Parabenizo a Amagis pelos 20 anos do DECISÃO, jornal que, ao longo de duas décadas, se firmou como fonte segura de informação, entretenimento e diálogo entre os juizes de todo Estado. A leitura do DECISÃO nos mantém atualizados com relação às iniciativas da Diretoria da Associação na defesa dos interesses da Classe tanto em Minas Gerais quanto em Brasília.

Juíza Aldina Soares
Juíza Auxiliar da Corregedoria de Justiça

ERIC BEZERRA/TJMG



Sinal vermelho contra a violência doméstica



Daniela Cunha Pereira
Diretora de Comunicação da
Associação e integrante da
Amagis Mulher



Ministra faz palestra destacando os avanços e conquistas

Durante palestra promovida pelo TRE-MG, por meio do programa Foco Eleitoral, no dia 18 de março, a ministra do STF e integrante substituta do TSE, Cármen Lúcia, afirmou que, neste ano, o período eleitoral não será fácil, além de ser de muito trabalho.

“O ano eleitoral acontece em um momento diferente da humanidade e, especificamente, do Brasil, porém, se teremos mais dificuldades, teremos também mais possibilidades. Será um período de trabalho e de tensão”, afirmou a ministra, fazendo questão de ressaltar os avanços e conquistas dos 90 anos da Justiça Eleitoral.

Além de apontar a importância dos Tribunais regionais para a consolidação da democracia, a ministra reconheceu que o voto feminino, que completou 90 anos em fevereiro passado, foi uma maiores conquistas no período.

A abertura do evento foi feita pelo presidente do TRE-MG, desembargador Marcos Lincoln dos Santos, que, ao agradecer a ministra por ter aceitado o convite do Tribunal, afirmou que todas as reflexões dela “servem de norte para os profissionais do Tribunal, para os juízes e juízas eleitorais, can-

FOTOS: AMAGIS



Ministra Cármen Lúcia participou do programa do TRE-MG

didatas e candidatos”.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, que integra a Corte Eleitoral mineira e foi aluno da ministra na graduação em Direito, na PUC Minas, disse que a magistrada foi uma grande incentivadora na sua carreira e ressaltou o pioneirismo dela como primeira mulher a presidir o TSE. “A ministra Cármen Lúcia é uma das maiores juristas brasileiras e seu trabalho no Judiciário nacional honra o País, sobretudo o de Minas Gerais”, afirmou.

O vice-presidente do TRE-MG e corregedor eleitoral, desembargador Maurício Soares, falou sobre a importância dos princípios e valores defendidos por Cármen Lúcia. “Nos tranquiliza muito saber

que Vossa Excelência, ministra, integrará a mais alta Corte Eleitoral do País por ocasião do próximo pleito”, afirmou.

SALA DE SESSÕES

No dia 22 de março, o TRE-MG inaugurou as novas

instalações da sala de sessões do Tribunal, que passou por obra de modernização e adequação, com o objetivo de preparar o espaço para sessões híbridas de julgamento (por videoconferência e presenciais).



Presidente Luiz Carlos com a ministra Cármen Lúcia

POSSE NA APAMAGIS

O desembargador Maurício Torres Soares, vice-presidente do TRE-MG e ex-presidente da Amagis, representou o presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, na posse da Diretoria Executiva e dos integrantes do Conselho Consultivo, Orientador e Fiscal da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), para o biênio 2022/2023, realizada no dia 18 de março.

APAMAGIS



NANUQUE, ABAETÉ E ALÉM PARAÍBA

Associação participa da inauguração de fóruns no interior de Minas

Nos dias 11 e 14 de março, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, participou da inauguração dos fóruns das Comarcas de Abaeté (Centro-Oeste) e Nanuque (Vale do Mucuri), respectivamente.

O edifício do novo Fórum de Abaeté recebeu o nome de Desembargador Antônio Lucas Pereira, falecido em 2018, que é natural da cidade. O filho do homenageado, o juiz Marcelo Augusto Lucas Pereira, da Vara de Execuções Penais da Comarca de Belo Horizonte, agradeceu o reconhecimento à dedicação de seu pai ao Poder Judiciário.

O presidente da Amagis que foi servidor na 5ª Vara Cível de Belo Horizonte quando o desembargador Antônio Lucas Pereira, então juiz, era o titular, enalteceu o espírito humilde e sereno do magistrado, além de exemplo como pai e ser humano.

Durante a inauguração, o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, rendeu homenagens a Antônio Lucas e reafirmou o compromisso do Tribunal de, com a inauguração do fórum, entregar uma prestação jurisdicional de mais qualidade com

RIVA MOREIRA/TJMG



Magistrados participam da inauguração do Fórum de Nanuque, no Vale do Mucuri

ambientes mais adequados e dignos a magistrados.

O irmão do homenageado, desembargador José Eustáquio Lucas Pereira, a viúva Maria Mercês Lucas Pereira, e os filhos Gilberto e Cassio Lucas Pereira, também participaram da solenidade.

NANUQUE

Em Nanuque, a solenidade de inauguração, da qual o presidente Luiz Carlos participou, foi conduzida pelo 1º vice-presidente do TJMG, desembargador José Flávio de Almeida, representando o presidente do Tribunal, desembargador Gil-

son Soares Lemes.

Ao discursar, a diretora do Foro de Nanuque, juíza Aline Gomes, agradeceu à Amagis por estar sempre ao lado da Classe, e ao presidente do TJMG por ter dado continuidade ao Plano de Aceleração de Obras, garantindo a inauguração do novo Fórum de Nanuque.

“Gratidão à Amagis que atua sempre de modo a amparar toda a classe e aqui representada pelo presidente Luiz Carlos Rezende e Santos, que não mediu esforços para nos agradecer de forma generosa na consecução dessa solenidade e

sua presença nos honra. Nossa imensa satisfação”, afirmou.

ALÉM PARAÍBA

Em Além Paraíba (Zona da Mata), o presidente Luiz Carlos foi representado pela juíza Ivone Guillarducci, diretora-secretária da Amagis, na solenidade de inauguração do novo fórum da comarca, realizada no dia 18 de março.

Este foi o 12º fórum inaugurado pela atual gestão do TJMG. O novo prédio recebeu o nome do jurista Nelson Hungria (1891-1969), considerado um dos maiores penalistas do Brasil.

EU LEIO O DECISÃO

Em 2007, portanto há 15 anos, logo quando ingressei na carreira da Magistratura fui convidada para dar uma entrevista ao jornal DECISÃO. Então, em primeiro lugar, o jornal tem um valor afetivo para mim, porque naquele momento fui levada a refletir sobre o papel da magistrada e o início da minha carreira na Comarca do Serro. Reputo uma forma muito importante de comunicação com o associado, principalmente agora via WhatsApp. Tive a grata surpresa na última edição (março) de ver um destaque muito grande para a causa das mulheres.

Juíza Lívia Borba

Diretora da Escola Judicial do TRE-MG

AMAGIS



Juízes entram em exercício no Tribunal

Seis juízes entraram em exercício no TJMG para atuar em substituição em câmaras do Tribunal. No dia 28 de março, foram empossados os magistrados Haroldo André Toscano de Oliveira (9ª Câmara Criminal), Maria Luiza Santana Assunção e Francisco Ricardo Sales Costa (4ª Câmara Cível), Ivone Guillarducci Cerqueira e Paulo Tamburini (8ª Câmara Cível). No dia 10, o juiz Narciso Alvarenga Monteiro de Castro assumiu a 10ª Câmara Cível.

O vice-presidente Socio-cultural-Esportivo da Amagis, desembargador Maurício Ferreira, e o ouvidor da Associação, juiz Auro Aparecido Maia de Andrade, representaram o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, na solenidade realiza-

AMAGIS



Magistrados atuarão em câmaras criadas na nova configuração do TJ

da no final do mês.

As Câmaras que contarão com a atuação dos juízes convocados fazem parte da nova configuração aprovada pelo

Órgão Especial do TJMG, em novembro do ano passado. A 9ª Câmara Criminal receberá demandas relacionadas à infância e juventude, violência

doméstica e execução penal. A 16ª e a 21ª Câmaras Cíveis terão competência empresarial; a 4ª e a 8ª Câmaras Cíveis também terão escopo delimitado.

Futura direção do TJMG será eleita neste mês

No dia 29 deste mês, serão realizadas as eleições para a direção do TJMG (biênio 2022-2024). As inscrições de candidatura aos cargos de

presidente, primeiro vice-presidente, segundo vice-presidente, terceiro vice-presidente, corregedor-geral de Justiça e vice-corregedor-geral de

Justiça, Órgão Especial e o Conselho da Magistratura foram encerradas em 25 de março. *Veja abaixo a relação de candidatos.*

PRESIDENTE

Antônio Carlos Cruvinel
José Afrânio Vilela
José Arthur de Carvalho Pereira Filho
Mariangela Meyer Pires Faleiro

1º VICE-PRESIDENTE

Alberto Vilas Boas Vieira de Sousa
Sandra Alves de Santana e Fonseca
Sérgio André da Fonseca Xavier

2º VICE-PRESIDENTE

Moacyr Lobato de Campos Filho
Renato Luís Dresch

3º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Nannetti Caixeta
Edison Feital Leite
Wilson Almeida Benevides

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

Jaubert Carneiro Jaques
Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior

VICE-CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA

Glauco Eduardo Soares Fernandes
Yeda Monteiro Athias

ÓRGÃO ESPECIAL

Adriano de Mesquita Carneiro
Agostinho Gomes de Azevedo
Amauri Pinto Ferreira
Bruno Terra Dias
Carlos Henrique Perpétuo Braga
Carlos Roberto de Faria
Fernando Vasconcelos Lins
José Américo Martins da Costa
Júlio César Lorens
Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça

Marco Aurelio Ferenzini
Maurício Torres Soares
Octávio de Almeida Neves
Wanderley Salgado de Paiva

ÓRGÃO ESPECIAL (5º CONSTITUCIONAL – CLASSE ADVOGADO)

José Marcos Rodrigues Vieira

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Dirceu Wallace Baroni
Pedro Aleixo Neto
Ronaldo Claret de Moraes
Valéria Rodrigues Queiroz

CONSELHO DA MAGISTRATURA (5º CONSTITUCIONAL – CLASSE MINISTÉRIO PÚBLICO)

Paulo Calmon Nogueira da Gama

“Trabalho das Apacs é extraordinário”, ressalta ministro do STJ

Em visita à Apac (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) de Santa Luiza (Grande BH), no dia 31 de março, o ministro Sebastião Reis, do STJ, ressaltou a importância da metodologia apaqueana para a ressocialização dos condenados. Ele estava acompanhado do presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, que é juiz cooperador da Vara de Execução Penal dessa Comarca.

Ao conhecer as instalações da unidade, o ministro Sebastião Reis comentou sobre a ausência de aspectos no pacote anticrime relacionados a ressocialização do preso na sociedade. “O trabalho das Apacs é extraordinário e me mostrou muito mais do que imaginava. Saio daqui com as forças renovadas”, afirmou.

O presidente da Amagis reforçou a importância do compromisso dos recuperandos com a Apac e sua metodologia, e destacou a excelência e dedicação da juíza Arlete Coura, da Comarca de Santa Luiza, com a missão das Apacs.

LIVROS

No dia 24 de março, o ministro Sebastião Reis participou do lançamento do



Ministro Sebastião Reis elogiou as instalações da Apac de Santa Luiza

livro “A Prova e o Processo Penal Constitucionalizado – Estudos em homenagem ao Ministro Sebastião Reis”, promovido pela Ejef, do TJMG. A vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, desembargadora Heloísa Combat, representou o presidente da Associação.

Em 15 de março, o presidente Luiz Carlos e o segundo vice-presidente

do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Tiago Pinto, entregaram ao ministro um exemplar do livro “Tratamento Penitenciário – Um estudo sobre tortura, maus-tratos e assistência às pessoas privadas de liberdade”. O livro, de autoria de Luiz Carlos com o professor Luís Flávio Saporì, foi lançado no dia 6 de abril.



RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu na sede da Associação, no dia 23 de março, o juiz Cássio Azevedo Fontenelle, auxiliar da Presidência do TJMG e coordenador da Diretoria de Administração de Recursos Humanos (Dearhu), Neuza das Mercês Rezende, diretora da Dearhu, e Silvío Cássio de Souza, gerente da Gerência da Magistratura do TJMG (Germag). O presidente da Associação agradeceu o trabalho conjunto e o empenho em prol dos magistrados.

EU LEIO O DECISÃO

Por que leio o DECISÃO? Ora, porque é a plataforma pela qual a Magistratura mineira se manifesta. Portanto, a sua leitura é obrigatória para todos nós, magistradas e magistrados, em especial das nossas Minas Gerais, posto que ultrapassa as nossas fronteiras. Parabéns e vida longa ao nosso periódico, quando completa 20 anos de existência.

Juiz Juez Morais de Azevedo

Coordenadoria de Assuntos Legislativos e Remuneratórios da Amagis



Novos presidente e vice do TRE-MG irão conduzir as eleições 2022

O TRE-MG elegeu, no dia 5 de março, os novos presidente e vice da Justiça Eleitoral mineira, que serão os responsáveis pelas eleições gerais deste ano. Foi eleito, como presidente, o desembargador e ex-presidente Amagis, Maurício Soares. O vice e corregedor-geral será o desembargador Octávio Boccalini. Eles tomam posse em meados de junho, em data a ser confirmada, para a gestão 2022/2023.

A escolha foi por unanimidade dos integrantes da Corte, durante votação na sede do Tribunal. Maurício Soares irá substituir o atual presidente, desembargador Marcos Lincoln. Octávio Boccalini entrará no lugar de Maurício Soares, que é o atual vice.

Após a eleição, Maurício Soares adiantou os principais desafios de sua gestão, como coordenador das próximas eleições. “Temos três grandes desafios. O primeiro é enfrentamento das fake News. O segundo é a defesa da confiabilidade das urnas eletrônicas, e o terceiro serão as restrições que a pandemia ainda impõe diante de situações de aglomeração”,



Corte Eleitoral escolheu novo presidente e vice do TRE-MG por unanimidade

apontou o futuro presidente, anotando que a campanha eleitoral será uma das mais acirradas da história do país.

Formado em Direito, pela PUC Minas, em 1986, Maurício Soares ingressou na Magistratura em 1993 e desde 2015 é desembargador do TJMG. De 2021 a 2022, exerceu o cargo de desembargador efetivo da Corte

Eleitoral, no cargo de vice-presidente do TRE-MG e corregedor regional eleitoral.

Octávio Augusto De Nigris Boccalini formou-se em Direito, em 1984, pela Universidade Católica de Direito de Santos (SP). Boccalini integra a Magistratura mineira há 30 anos, dos quais 12 anos também dedicados à Justiça Eleitoral.

TJMMG tem nova diretoria

A nova diretoria do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG) tomou posse, no dia 17 de março, para gerir o órgão no biênio 2022/2023. O novo presidente do Tribunal Militar é o desembargador Rúbio Paulino e o vice-presidente, o desembargador Fernando Galvão.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, cumprimentou a nova diretoria por sua posse. “São magistrados valorosos com trajetórias profícuas. Desejo sucesso na condução dos trabalhos desta Justiça especializada, que presta relevantes serviços

ao nosso Estado”, afirmou.

O desembargador Rúbio Paulino disse que atuará pautado pelos valores da ética, honradez, austeridade e transparência. Ele agradeceu à PMMG e aos Bombeiros pelo trabalho que têm empenhado na sociedade mineira pelo bem-estar social.

Ao despedir-se da Presidência do TJMMG, o desembargador Fernando Armando Ribeiro, agradeceu aos magistrados pela confiança depositada em sua gestão, no aprimoramento e valorização da Justiça Militar. O magistrado também manifestou gratidão à Amagis,

AMAGIS



Fernando Galvão, Luiz Carlos e Rúbio Paulino

TJMG, Assembleia Legislativa e ao Governo de Minas.

A nova diretoria também é composta pelos desembargadores Sócrates Edgard dos

Anjos (corregedor), Osmar Duarte Marcelino (ouvidor) e James Ferreira Santos (diretor da Escola Judicial Militar e ouvidor substituto).

AMAGIS EM IMAGENS



Laçamento de livro pela Ejef, do TJMG



Diretores da Amagis com o corregedor-geral de Justiça
MIRNA DE MOURA/TJMG



Inauguração de salas de videoconferência no Ceresp



Rosimere do Couto com Michel Temer



Magistrados durante cerimônia de posse no TJMMG



Novas instalações da sala de sessões do TRE-MG

ARQUIVO PESSOAL



**JUÍZA MARIA ELISA
TAGLIALEGNA**

FILME

Rosa e Momo

Gosto muito de filmes. Nesses últimos tempos, assisti ao 'Rosa e Momo', que marca o retorno da grande Sophia Loren aos cinemas após alguns anos afastada da telona. É um filme maravilha, pois nos propõe uma reflexão sobre a tolerância nesse contexto e dinâmica que vivemos no mundo atual. A atriz interpreta a madame Rosa, uma sobrevivente do holocausto, que cuida de filhos de prostitutas e imigrantes, estabelecendo uma relação de muita bondade, tolerância e amor. É, para nós, uma aula de como o preconceito carregado pelas pessoas não serve para nada, a não ser tornar o mundo cada vez pior. O filme está disponível na Netflix.



CULTURA E LAZER

CURADORIA

**JUÍZA SOLANGE DE
BORBA REIMBERG**

ARQUIVO PESSOAL



LIVRO

Segurança e Cuidado: Justiça Restaurativa e sociedades saudáveis

É uma leitura que recomendo a todos os entusiastas da Justiça Restaurativa, do autocuidado e do cuidado com o próximo, mas principalmente com a vítima. O livro aborda o porquê da Justiça Restaurativa, que nasceu com esse olhar sobre as vítimas, e trata de suas causas originárias possibilitando que nós, por meio da cultura da paz, possamos enfrentar de alguma forma o aumento da violência. A obra foi escrita por Elizabeth M. Elliot, que trabalhou em presídios e comunidades como assistente social e criminologista.



Violão mineiro busca perfeição

TIAGO PARRELA

Instrumentos surgem da necessidade de quem desenvolve uma atividade e identifica necessidades e possibilidades de se aperfeiçoar e produzir novo efeito. Com os musicais, também não é diferente. Ao reconhecer as demandas de execução de timbres e sonoridades, busca-se aprimorar e gerar, com o propósito de produzir som e funcionalidades.

Nesse contexto, por meio de suas experiências profissionais, funcionalidade e tocabilidade, os músicos mineiros Carlos Walter e Aliéksey Vianna desenvolveram novo tipo de violão. Juntaram-se ao luthier Gianfranco Fiorini para fazer um instrumento que incorporasse necessidades constatadas em suas pesquisas. A meta era alcançar o refinamento da tradição violonística com o frescor da contemporaneidade.

Surgiu, então, o violão Lírio, após três anos de pesquisas. Fizeram um instrumento com design, tocabilidade, sonoridade, amplificação, portabilidade e versatilidade únicos, ampliando e otimizando o universo de possibilidades

do som violonístico.

O músico Carlos Walter apontou o que buscou preservar na produção e pesquisa do Lírio. “Um instrumento que dialoga entre a tradição e contemporaneidade, e abriga o refinamento da tradição sonora do violão, ao mesmo tempo com uma tecnologia analógica que amplia e otimiza o universo de possibilidades para o violonista e compositor”.

E o músico Aliéksey Vianna, que já se apresentou em diversas cidades das Américas, Europa, África e Oriente Médio, atualmente morando na Suíça, comentou que uma de suas preocupações na produção do Lírio era com relação à questão da amplificação e reprodução sonora do instrumento amplificado.

“Um instrumento acústico de alta qualidade e amplificado por um sistema eletrônico também de alta qualidade, pode, muitas vezes, dependendo da situação, apresentar problemas de microfonia, como tocando em grupo”, celebrou em entrevista ao DECISÃO.

Ouvidoria reforça atendimento e a integração

Órgão auxiliará a Presidência no aperfeiçoamento dos serviços da Amagis

AURO APARECIDO MAIA DE ANDRADE*

A Ouvidoria da Amagis foi criada pelo atual presidente, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, como mais uma forma facilitadora de integração dos magistrados mineiros à sua Associação.

Sabemos que os órgãos de Direção da Amagis, ou seja, a Presidência, a Diretoria, as Coordenadorias, as Seccionais, bem como os seus dedicados e eficientes servidores, todos sempre estiveram – e estarão com toda certeza –, abertos e receptivos para quaisquer informações, indagação, solicitação, sugestão, elogio e reclamação. Seja qual for a manifestação do associado, será ela muito bem-vinda.

Jamais houve a menor dificuldade, falta de acesso ou distância que prejudicasse a facilidade do associado em se utilizar dos préstimos associativos ou atuar com proposições, ou mesmo expressar eventuais insatisfações. Isso nunca existiu e jamais existirá.

Entretanto, como se atribui ao filósofo Heráclito de Éfeso (século V a.C), a única coisa permanente no universo é a mudança. E a partir dessa célebre frase, vemos mais claramente que a Ouvidoria é uma porta que se soma a tantas outras já existentes. Ela se apresenta aos magistrados, seus familiares, e à sociedade em geral, como mãos estendidas para acolher, receber, auxiliar e abraçar, lembrando-nos o tempo todo de que os ideais da Magistratura Mineira se irmanam na Amagis.

Afinal, como diz o presidente Luiz Carlos, a Amagis somos todos nós, magistradas e magistrados mineiros!

E se a Amagis é a Magistratura mineira e seus familiares, deve ela chegar o mais próximo possível de seus associados, antecipando e suprindo as pertinentes adequações e inovações, atendendo assim às necessidades de seus integrantes dentro do contexto institucional e associativo.

Assim, a Amagis se encontra sempre aberta a sua missão associativa e busca, por

meio da Ouvidoria, estreitar mais essa proximidade, que é um de seus objetivos basilares. Foi, portanto, exatamente com esse propósito, que o estimado presidente Luiz Carlos, sempre atento a facilitar ao máximo a aproximação e a unidade entre os associados com a própria Associação que os representa, inseriu a Ouvidoria como uma das metas de sua administração e a implantou já nos primeiros dias de sua gestão.

Ora, ninguém melhor que os destinatários da atuação da Amagis, seus associados e familiares, para manifestarem sobre como anda os serviços de nossa associação e apresentarem sugestões e críticas que, como sói acontecer considerando a elevada distinção de seu corpo associativo, constituem a avaliação necessária que serve como referência para se aperfeiçoar os serviços ofertados, prestados e aqueles que serão acrescentados à disposição dos associados e familiares.

A Ouvidoria, por conseguinte, é esse importante e prático ferramental que auxilia a Presidência, Diretoria em geral e demais órgãos a se manter sempre com o cuidado necessário em fazer o que faz de forma eficiente e cada vez melhor.

Por isso é muito importante que os as-

“E se a Amagis é a Magistratura mineira e seus familiares, deve ela chegar o mais próximo possível de seus associados, antecipando e suprindo as pertinentes adequações e inovações, atendendo assim às necessidades de seus integrantes dentro do contexto institucional e associativo”

sociados se utilizem sempre que puder da Ouvidoria, manifestando-se na medida do necessário e útil. A indagação, o elogio, eventuais sugestões ou críticas a partir das necessidades ou impressão pessoal dos associados são fundamentais para que a Amagis busque o tempo todo se manter com eficácia em sua missão institucional e sempre agindo, sempre que possível com rapidez e previamente, com relação a tudo que diz respeito aos interesses da classe, além de o fazer buscando se aprimorar a cada oportunidade.

A Ouvidoria é, em síntese, uma das formas que o associado tem a sua disposição para se comunicar com a Amagis. Outro detalhe que se pode compreender como algo também valioso é que se a dúvida ou questionamento do(a) magistrado(a) possa ser de interesse de outrem ou dos demais associados, o resultado daquela manifestação será divulgado amplamente para o devido conhecimento.

Destarte, a Ouvidoria atuará em parceria constante com o Departamento de Comunicação da Amagis, sendo, aliás, uma das formas de sua expressão, e sem que isso tenha resultado em qualquer aumento de despesas. São os eficientes servidores da comunicação que auxiliarão, com a presteza e zelo de sempre, o ouvidor no controle e acompanhamento das manifestações, desde o recebimento, passando pela etapa, ou etapas, de acompanhamento e até a efetiva solução com as comunicações intercorrentes e final ao associado interessado.

Para enviar qualquer manifestação à Ouvidoria, basta acessar amagis.com.br ou enviar uma mensagem para o e-mail ouvidoriadaamagis@amagis.com.br, para o número de WhatsApp (31) 99749-1502 ou ligar para (31)3079-3499.

(*) Juiz aposentado e Ouvidor da Amagis

PENSAMENTO JURÍDICO



CANAIS E PROGRAMAÇÃO

TV Justiça no Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

TV Justiça em BH:

Net (7), Oi (6 e 901)

Horários:

terça-feira, às 21h (inédito), quinta-feira, às 13h e domingo, às 4h30 (reprises)

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE



VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Por que a violência de gênero ainda cresce, apesar da legislação mais rigorosa? A juíza Giselle Maria Coelho de Albuquerque Araújo, que atua na Vara de Execuções Penais de Belo Horizonte, e a desembargadora Paula Cunha e Silva, superintendente-adjunta da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv) do TJMG, analisaram essa questão. (Foto)

MULHERES NO JUDICIÁRIO

Pouco mais de 30% da Magistratura brasileira de 1ª instância é formada por mulheres. Nas instâncias superiores, essa participação é menor. O que tem sido feito pela igualdade de gênero no Judiciário? As integrantes da Coordenadoria Amagis Mulher, as juízas Roberta Chaves Soares, Daniela Cunha Pereira, Juliana Mendes Pedrosa e Solange de Borba Reimberg discutiram o tema.

JUSTIÇA CRIMINAL

O Pensamento Jurídico debateu os desafios da Justiça Criminal. Nossa convidada é a juíza Lucimeire Rocha, titular da 9ª Vara Criminal de Belo Horizonte. A magistrada é pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal, diplomada na Escola de Altos Estudos em Ciências Penais e atua na Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

DIREÇÃO DO FORO

Com 23 anos de Magistratura, a juíza Maria Elisa Taglialegna, da 2ª vara de Família e Sucessões e diretora do Foro de Uberlândia (Triângulo Mineiro), disse que há alguns anos não pensava em assumir a função. Hoje, ela afirma que tem aprendido muito com o cargo. Nessa entrevista ao Pensamento Jurídico, a magistrada falou sobre os desafios da gestão administrativa e judiciária.

EXECUÇÃO CÍVEL

O Via Justiça analisou o Projeto de Lei 6.204/2019, que trata da desjudicialização da execução cível. Quais os aspectos positivos da proposta e os pontos que necessitam de ajustes? Os entrevistados foram o 3º vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Newton Teixeira Carvalho, e a professora de Direito Empresarial Stephanie Rodrigues Venâncio. (Foto)

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O Conselho Nacional do Ministério Público irá elaborar um manual de boas práticas sobre recuperação judicial e falência de empresas. Quais são as complexidades de um processo de recuperação judicial e falência de empresas? O desembargador Moacyr Lobato, coordenador do Cejuse Empresarial do TJMG, e o advogado Vinicius Gontijo, falaram sobre essas questões.

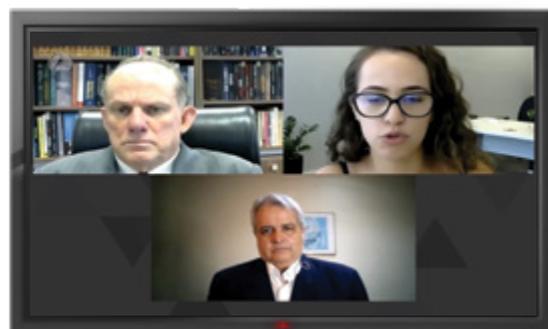
JUSTIÇA ELEITORAL

A Justiça Eleitoral completou 90 anos em 24 de fevereiro, com a criação do Código Eleitoral de 1932, que marcou a democracia brasileira. O desembargador Rogério Medeiros, ex-presidente do TRE-MG, e a juíza da Corte Eleitoral mineira, Patrícia Henriques Ribeiro, analisaram as diversas inovações trazidas por essas mudanças, como a instituição do voto feminino.

TRANSPORTE AÉREO

O juiz Paulo Barone, do Juizado Especial Cível de Belo Horizonte, e o coordenador do Procon Assembleia, Marcelo Barbosa debateram os direitos e deveres de consumidores e empresas aéreas. Como é a responsabilidade civil no desrespeito às regras legais? Quais os princípios do Código do Consumidor são aplicáveis? Como proceder para fazer valer os direitos inobservados?

VIA JUSTIÇA



CANAIS E PROGRAMAÇÃO

TV Justiça no Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

TV Justiça em BH:

Net (7), Oi (6 e 901)

TV Assembleia:

Net e Oi TV (11), Sinal aberto digital (61,2) e analógico UHF (35)

Horários:

TV Justiça: quarta-feira, às 9h30 (inédito), domingo às 21h e terça às 4h (reprises)

TV

Assembleia

Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

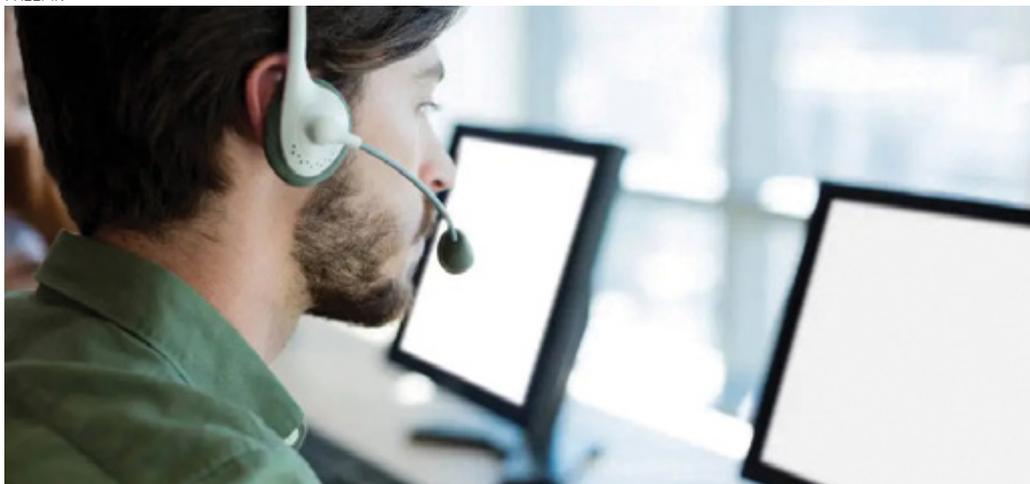
VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE



OPINIÃO DOS ASSOCIADOS

Pesquisa contribui para o aperfeiçoamento do plano

FREEPIK



Pesquisa tem duração máxima de 10 minutos

A Amagis Saúde realiza, até o dia 17 deste mês, pesquisa de satisfação com os usuários do plano (titulares e dependentes), a fim de aprimorar os serviços prestados aos associados pelo plano.

A pesquisa está sendo feita pelo Instituto Ibero Brasileiro de Relacionamento com o Cliente (IBRC), que, após a apuração da opinião dos usuários da Amagis Saúde, irá tabular os dados para aferir os índices de satisfação dos associados. Concluída essa etapa, os resultados da pesquisa serão analisados por uma auditoria externa.

O contato com os associados será pelo telefone, a partir de ligações feitas por DDDs de

Minas Gerais e outros estados brasileiros. Os entrevistados são escolhidos aleatoriamente, entre usuários do plano maiores de 18 anos, que responderão 10 perguntas, num tempo total estimado entre 8 a 10 minutos.

O resultado da pesquisa será encaminhado para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), uma vez que a satisfação dos usuários é um dos critérios observados no Programa de Qualificação das Operadoras de Plano Saúde, promovido pelo órgão.

Caso haja alguma dúvida, entre em contato com a Amagis Saúde pelo telefone (31) 3079-3473.

EXPEDIENTE

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE
LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Jair Francisco dos Santos

DIRETOR DE SAÚDE
Edison Feital Leite

DIRETORA FINANCEIRA
Flávia Birchal de Moura

CONSELHO GESTOR:
SEGUNDA INSTÂNCIA
Edison Feital Leite
Marco Aurélio Ferezini
Suplentes
Valéria Rodrigues Queiroz
Guilherme Azeredo Passos

JUÍZES DA CAPITAL
Flávia Birchal de Moura
Renato Luiz Faraco
Suplentes
Clayton Rosa de Resende
Cláudia Aparecida Coimbra Alves

JUÍZES DO INTERIOR
Elexander Camargos Diniz
Josselma Lopes da Silva Lages
Suplentes
Fabiano Garcia Veronez
Marcelo Carlos Cândido

APOSENTADOS
Ana Maria de Oliveira Froes
José Nicolau Masselli

SUPLENTES
Maura Angélica Ferreira
José Maria dos Reis

OUIDOR DA AMAGIS SAÚDE
Auro Aparecido Maia de Andrade

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Bruno Gontijo
Mtb - MG: 11008

JORNALISTAS
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

DICAS DA AMAGIS SAÚDE

O que é o Programa de Check-up?

Trata-se de benefício assistencial não obrigatório, oferecido gratuitamente pela Amagis Saúde aos usuários do plano a partir dos 35 anos.

É necessária autorização prévia?

Sim. Ao entrar em contato com a clínica ou hospital em que os exames serão feitos, o usuário do plano deve pedir ao atendente da empresa prestadora do serviço que solicite a autorização prévia para a Amagis Saúde.

Dúvidas e informações

Para esclarecer suas dúvidas, ou ter mais informações sobre o Programa de Check-Up, entre em contato com a Amagis Saúde pelo telefone (31) 3079-3499 (ramal: 3407) ou pelo e-mail: checkup@amagis.com.br

Qual o período de uso do serviço?

O beneficiário da Amagis Saúde pode realizar os exames em qualquer mês do ano, respeitado o intervalo mínimo de 12 (doze) meses entre um check-up e outro.

Qual a importância da autorização prévia?

Garante agilidade no atendimento e evita eventuais contratempos para o usuário do plano quando for realizar os exames.

Amagis Saúde faz 46 anos com excelência reconhecida

Neste mês, quando completará 46 anos, em 22 de abril, a Amagis Saúde receberá pela 11ª vez o prêmio da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) pelo desempenho máximo obtido no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) da Agência Nacional de Saúde (ANS). A distinção será entregue, no dia 27 deste mês, durante seminário da Unidas, em Belo Horizonte.

Segundo o presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, o sucesso da Amagis Saúde está relacionado com o fato de o plano ter como missão, desde a sua criação, a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da Magistratura e seus familiares. “Mesmo com todo o profissionalismo, a Amagis Saúde é um plano familiar, da Magistratura mineira. Essa particularidade faz com que o bem-estar dos associados e o incentivo à prevenção sejam prioridade na gestão do plano”, afirmou.

De acordo com o vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Jair Francisco dos Santos, esse reconhecimento é fruto do trabalho histórico desenvolvido por diretorias da Associação ao longo das quatro décadas e meia, visando o bem-estar dos usuários do plano”. “A Amagis Saúde é patrimônio da Magistratura mineira. Sua criação, consolidação, exclusividade e aperfeiçoamento permanente é resultado da autogestão, na qual os próprios associados cuidam da assistência à sua saúde e de seus familiares”, disse.

HISTÓRIA

O compromisso de criação do então Departamento Médico-Hospitalar-Odontológico foi decisivo para que o desembargador Erotides Diniz (1975-1976) aceitasse disputar a eleição para a Presidência da Amagis, conforme observou a esposa d. Rita Diniz, em entrevista à equipe do Memorial da Associação.

Desde então, A Amagis Saúde passou a ser permanentemente aperfeiçoada e, na gestão do então juiz Doorgal Andrada (2001/2002), cujo vice-presidente de Saúde era o então juiz Tiago Pinto, o plano

FOTOS: ARQUIVO AMAGIS



Presidente da ANS destacou a qualidade do plano em reunião na Associação

passou por uma importante e decisiva reestruturação administrativa.

Na gestão seguinte, presidida pelo então juiz Nelson Missias de Moraes (2007-2009), que tinha, como vice-presidente de Saúde, o juiz Bruno Terra Dias, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) referendou a reforma estatutária do plano, confirmando a Amagis Saúde como modelo de autogestão.

Já no triênio seguinte (2010-2012), quando a Amagis era presidida pelo então juiz Bruno Terra e o vice-presidente de Saúde era o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, atual presidente da Associação, a sede do plano foi modernizada, foram instituídos os plantões durante os finais de semana e feriados, e criado o programa Amor à Vida.

Em 2014, quando a Amagis era pre-

“Mesmo com todo o profissionalismo, a Amagis Saúde é um plano familiar, da Magistratura mineira. Essa particularidade faz com que o bem-estar dos associados e o incentivo à prevenção sejam prioridade na gestão do plano”

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis



Integramagis promove a integração dos magistrados mineiros



Lançamento do programa Amor à Vida em 2011

sidida pelo desembargador Herbert Carneiro (2013-2015), e o vice-presidente de Saúde era o juiz Maurício Soares, foi aprovado, em assembleia com 470 associados, a criação da modalidade Grupo de Estados, garantindo aos usuários mais segurança na cobertura oferecida em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Na gestão do presidente Maurício Soares (2016-2018), que teve a então juíza Luzia Peixoto como vice-presidente de Saúde, foi criado o programa de Check-up, com

o qual o associado tem direito a realizar, gratuita e anualmente, uma bateria completa de exames que possibilitam tratamento precoce de possíveis doenças.

Na gestão do desembargador Alberto Diniz Junior (2019-2021), tendo, como vice-presidente de Saúde, a juíza Rosimere das Graças do Couto, atual vice-presidente Administrativa da Amagis, o plano de saúde enfrentou um de seus principais desafios: a pandemia da Covid-19. Para fazer frente ao coronavírus,

a Amagis Saúde firmou parcerias para garantir agilidade no pronto atendimento em casos suspeitos da doença, celebrou convênios com laboratórios para a realização de exames de detecção do vírus, consultas online com assistente virtual, instalou serviço de teleconsultas e criou o boletim informativo sobre a Covid-19.

Neste início de mandato, a atual gestão trabalha diariamente para aperfeiçoar o plano e ampliar a rede de credenciados que atende aos usuários do plano em toda Minas Gerais.

“A Amagis Saúde é patrimônio da Magistratura mineira. Sua criação, consolidação, exclusividade e aperfeiçoamento permanente é resultado da autogestão, na qual os próprios associados cuidam da assistência à sua saúde”

Juiz Jair Francisco dos Santos

Vice-presidente de Saúde da Amagis



Centena de associados participaram da celebração dos 40 anos do plano

DATAS HISTÓRICAS

1976

Criação do Departamento Médico, Odontológico e Hospitalar

1983

Criação do Centro Odontológico na sede da Amagis

1985/1987

Tem início a assistência hospitalar a partir de convênio assinado com o Hospital Felício Rocho

1996/1998

Aprovação do regulamento e criação do plano de saúde

2002

Realização do 1º Integramagis

2010

Agência Nacional de Saúde Suplementar reconhece a Amagis Saúde como plano de autogestão

2011

Lançamento do programa Amor à Vida

2014

Criação do plano de saúde Grupo de Estados, que incluiu a cobertura nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, além de Minas Gerais

2017

Lançamento do Programa de Check-up

2020

Implementação da teleconsulta no enfrentamento da pandemia de Covid-19

PROGRAMA DE VANGUARDA

Check-up tem marca da prevenção dos 46 anos da Amagis Saúde

Lançado há 5 anos, o programa de Check-up da Amagis Saúde tem, como princípio de sua criação, a promoção da prevenção e o bem-estar da saúde dos magistrados e seus familiares, pedra fundamental do plano da Associação, que, no dia 22 deste mês, celebra 46 anos de história.

Inicialmente, os beneficiários do plano só podiam agendar os exames no mês do seu aniversário. Entretanto, com o sucesso da iniciativa e a política de aperfeiçoamento permanente da Amagis Saúde praticada pela Diretoria da Associação, os associados e seus dependentes, a partir de 35 anos, passaram a poder marcar a consulta a cada 12 meses, ou seja, uma vez por ano, sem uma data preestabelecida.

Para o juiz Rodrigo Maas dos Anjos, da 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais da Comarca de Abre Campo (Zona da Mata), usuário do serviço desde o lançamento, o fim da obrigatoriedade de realização dos exames no mês do aniversário reafirma a sensibilidade da Associação com o bem-estar dos associados e de seus familiares.

Na avaliação do magistrado, o Check-up é formidável, pois possibilita ao beneficiário do plano realizar todos os exames em um mesmo local, evitando a busca por vários especialistas em diferentes locais.

Rodrigo dos Anjos, que realiza os exames na Clínica Check-up Center, em Belo Horizonte, destacou que o

DIVULGAÇÃO



Hospital Márcio Cunha, no Vale do Aço, realiza o Check-up

serviço é diferenciado e, durante a gravidez de sua esposa Rafaela Assis Maas dos Anjos, os exames realizados no final do ano passado tiveram características próprias para o atendimento à gestante.

Natural de Florianópolis (SC), o juiz disse que seu

irmão, magistrado naquele Estado, sugeriu a criação de um programa de Check-up para sua associação de classe, ao tomar conhecimento do serviço prestado aos magistrados mineiros. “Agradeço a Amagis. Essa é uma iniciativa de vanguarda”, afirmou.

Amagis abre turma para hidroginástica

A Amagis está com turma aberta para os associados e dependentes interessados em praticar aulas de hidroginástica, no Parque Esportivo da Associação, às terças e quintas-feiras, das 9h às 9h45, sob a orientação do fisioterapeuta Roberto Barata, que também é responsável pelas atividades de musculação.

A hidroginástica é uma opção de atividade física para os dias mais quentes, mas, na Amagis, também pode ser praticada nos períodos de frio, pois a piscina do Parque Esportivo é aquecida. O espaço também oferece uma infraestrutura completa para os associados, com quadras polies-

portivas, academia, sauna e restaurante. Os magistrados do interior podem se hospedar no Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT).

As aulas de fisioterapia são uma das ações de prevenção promovidas pela Amagis Saúde em benefício dos associados. Os interes-

sados em participar dessas atividades devem entrar em contato com o plano pelo telefone (31) 3079-3472 e falar com Margarete.

Durante a semana, o Parque Esportivo funciona de terça à sexta-feira, das 8h às 19h. Aos sábados, domingos e feriados, o espaço fica aberto de 8h às 18h.